

Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 84/2022 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 25/2022

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP (REGISTRO DE PREÇO) nº 25/2022.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES / MT

DATA/HORA: 28 de julho de 2022 – 09:00h (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

O Município de Nobres/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TELA SOLDADA NERVURA PARA TUBOS CONCRETO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE NOBRES – MT, conforme condições e especificações constantes neste Edital e seus anexos, que será conduzido pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio, nomeadas pela Portaria Nº 76/2022, na sala de Licitação, no horário e dia designados, nos termos e condições abaixo conforme especificações do Anexo I, que faz parte integrante do edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal n.º 8.666/1993, a Lei Federal n.º 10.520/2002, o Decreto Federal nº 10.024/2019, a Lei Complementar n.º 123/2006, o Decreto Municipal n.º 27/2021 e demais legislação aplicável.

INÍCIO DA SESSÃO: Às 09:00 horas do dia 28/07/2022.

FIM DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 08:40 horas do dia 28/07/2022.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09:00 horas do dia 28/07/2022.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL <u>www.bll.org.br</u>

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n°., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200 www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

O Edital estará disponível no site da Prefeitura de Nobres – MT, no endereço:

https://www.nobres.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Pregao-eletronico/, para maiores

informações poderá se encaminhada através do licitacao@nobres.mt.gov.br, ou pelo telefone (65)

3376-4216.

2. DO OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL

AQUISIÇÃO DE TELA SOLDADA NERVURA PARA TUBOS CONCRETO, PARA

ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO

MUNICIPIO DE NOBRES - MT, conforme condições e especificações constantes neste Edital e

seus anexos, conforme condições e especificações constantes no ANEXO I, do Termo de Referencia

parte integrante deste edital.

2.2. A licitação será realizada por item, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2.3. O critério de julgamento adotado será Menor Preço, observadas as exigências contidas neste

Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são

as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente

estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que

satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

4.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação

por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

4.3. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa

de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento

das propostas.

4.4. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

- a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (ANEXO IV)
- b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (ANEXO IV) e
- c) Especificações dos produtos objetos da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo.
- d) O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela empresa sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da <u>BLL</u> Bolsa de Licitações do Brasil, ANEXO –IV.
- 4.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no ANEXO- III e Certidão Simplificada da Junta Comercial para fins de habilitação deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o <u>regime ME/EPP</u> no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

Obs.: Para verificação da compatibilidade entre as atividades da licitante e o objeto licitado, servirão para análise o código CNAE, ou as atividades descritas no Contrato Social, desde que sejam semelhantes ao objeto do certame.

5 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 5.1. O certame será conduzido pela Pregoeira, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
 - a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
 - b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
 - c) abrir as propostas de preços;
 - d) analisar a aceitabilidade das propostas;
 - e) desclassificar propostas indicando os motivos;
 - f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

menor preço;

- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- i) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

5.2. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:

5.2.1 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.6 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances

de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

5.2.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e

atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.2.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances

sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha

privativa.

5.2.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão

eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa

De Licitações do Brasil.

5.2.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer

transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do

Brasil ou à Administração Municipala responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso

indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.2.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica

a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.3. DA PARTICIPAÇÃO:

5.3.1. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal

e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente

encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados

data e horário limite estabelecido.

5.3.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública

do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de

quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

5.3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome,

assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados

diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão

ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais

de acesso, ainda que por terceiros.

5.3.4. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o

objeto desta licitação.

5.3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e

microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3.6. As empresas participantes poderão comprovar que estão enquadradas como microempresa ou

empresa de pequeno porte por meio de declaração de que atendem os requisitos do art. 3º da Lei

Complementar 123/2006, com exceção das empresas constantes no § 4° do mesmo artigo, cabendo

ao pregoeiro a faculd ade de consultar o sítio oficial da receita federal, na internet, para ratificar a

condição de microempresa ou empresa de pequeno porte das empresas participantes.

5.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.4.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação

vigente;

5.4.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.4.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber

citação e responder administrativa ou judicialmente;

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200

www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

5.4.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.4.5. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

5.4.6. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, dissolução, liquidação ou

que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta,

federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no

âmbito da administração municipal.

5.4.7. É possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão

emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e

financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/1993 (Acórdão nº

1201/2020 do TCU);

5.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição

(Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.4.10. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através

de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097- 4600, ou através da Bolsa de

Licitações do Brasil ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os

documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição dos objetos ofertados e o

preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-

se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

a. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá

por meio de chave de acesso e senha.

b. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de

habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43,

§ 1º da LC nº 123, de 2006.

6.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública

do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância

de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200

www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

6.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os

documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas

apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e

julgamento da proposta.

6.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente

serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do

envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.0. O participante não poderá se identificar na proposta eletrônica, porém na proposta física anexa

juntamente com o documento de habilitação, deverá conter todas as informações da empresa, como

nome, telefone, email, endereço, etc. Conforme modelo em anexo.

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos

seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Descrição detalhada dos produtos, contendo as informações similares à especificação do Termo

de Referência.

7.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, serem informadas no

campo próprio as ESPECICIFICAÇÕES e MARCAS dos produtos ofertados, a não inserção de

especificações e Marcas dos produtos nestes campos, implicará na desclassificação da empresa, face

à ausência de informação suficiente para desclassificação da proposta.

7.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.4. Nos preços propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários,

trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no

fornecimento dos bens.

7.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação

de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua

apresentação.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços médios estimados estabelecidos nas normas de regência

de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados

pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar

as seguintes conseqüências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato

cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes

públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada

a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

8. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

8.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa,

física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada

exclusivamente no site eletrônico até as 18h no horário oficial de Brasília-DF.

8.2. . A Pregoeira, auxiliada pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de

2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

8.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame,

exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

8.4. No campo "Esclarecimentos do Edital", no site: www.bll.org.br, serão disponibilizadas, além das

respostas às consultas e questionamentos, todas as informações que a Pregoeira julgar importante,

razão pela qual as empresas interessadas deverão consultá-lo frequentemente durante todo o certame.

8.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema

eletrônico para os interessados.

8.6. Os prazos limites para pedidos de esclarecimentos e impugnação, devem respeitar o horário final

do expediente da Prefeitura Municipal de Nobres (17h horário de Mato Grosso).

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200

www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

DE LANCES

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 9.1.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 9.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 9.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do preço no registro.
- 9.6.1. O lance deverá ser ofertado por item.
- 9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de preço inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o pregão e objeto licitado, quando o pregoeiro definir uma margem de lance para esse item.
- 9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa<u>"aberta"</u>, <u>e</u>m que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação,

inclusive no caso de lances intermediários.

9.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública

encerrar-se-á automaticamente.

9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o

pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública

de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo preço, prevalecendo aquele que for recebido e

registrado em primeiro lugar.

9.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do

preço/lance registrado vedado a identificação do licitante.

9.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema

eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez

minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da

comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.19. O Critério de julgamento adotado será de *Menor Preço*.

9.20. Para fins de julgamento das propostas, a Pregoeira e sua Equipe de Apoio levarão em conta o

critério de Menor Preço Por Item, conforme definido neste Edital e seus anexos

9.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o preço de sua proposta.

9.22. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de

maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto

no art. 45°, § 2°, da Lei n° 8.666, de 1993.

9.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo

sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o menor preço, para que seja

obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.24.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais

licitantes.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n°., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

9.24.2. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro)

horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada,

se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos

neste Edital e já apresentados.

9.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro

lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao médio estipulado para

contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no §

9° do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

10.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar lance/valor final igual a

0,00 (zero), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente valor global ou unitários simbólicos,

irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços relativos aos insumos e salários de mercado,

acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido

limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio

licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e

a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com

vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso

prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada

em ata:

10.6. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio

de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da

proposta.

10.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada

do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200

www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

10.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance

subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e

horário para a sua continuidade.

10.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do

licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação

exigidos no edital até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então,

encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

11.2. - Da Habilitação Jurídica:

a) Registro comercial (no caso de empresa individual); Ato constitutivo, estatuto ou

contrato social em vigor, devidamente registrado (em se tratando de sociedades comerciais), e

acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (no caso de sociedades por

ações); Inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de diretoria em exercício (no caso de

sociedades civis); decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento

expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir (em se tratando de empresa

ou sociedade estrangeira em funcionamento no País).

a.1) Entende-se por estatuto/contrato social em vigor, o documento de constituição da pessoa

jurídica e suas alterações, ou ainda sua última alteração consolidada, acompanhada de todas as

suas eventuais alterações posteriores;

b) Documentos pessoais dos sócios;

c) Certidão Simplificada da Junta Comercial;

11.3. - Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda

(CNPJ/MF);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver,

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

relativo ao domicílio ou a sede da licitante

Certidão conjunta pertinente aos Tributos Federais e a Divida Ativa da União,

abrangendo as contribuições sociais previdenciárias, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

d) Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda

Estadual do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;

Certidões pertinentes aos Tributos Municipais, expedidas pela Fazenda Municipal da e)

localidade ou sede da licitante, na forma da lei;

Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia do Tempo f)

de Serviço – FGTS, na forma da Lei n. 8.036/90;

Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante g)

a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do

Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei n. 5452 de 1º de maio de 1943;

11.4. DAS DECLARAÇÕES:

Deverá ser apresentada, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei

Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de

2007, declarando que detêm tal condição, para que possam gozar dos benefícios outorgados pela Lei

Complementar n. 123/06, podendo ser utilizado o modelo constante do ANEXO III.

A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de

14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de falsidade ideológica, de que trata o art. 299 do

Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 90 e 93 da Lei nº 8.666/93, sem

prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista no item 19.5.deste Edital.

A apresentação da declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno

porte é condição para as licitantes usufruírem dos beneficios da Lei Complementar n. 123/2006.

b) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a proponente não foi declarada

inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, conforme

anexo VI;

Declaração de fatos impeditivos, conforme anexo VII;

d) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos e que não possui servidor público em seu quadro de funcionários, conforme ANEXO VIII;

e) Declaração de responsabilidade, conforme ANEXO IX.

11.4.0 - CERTIDÃO E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

- 11.4.1. Alvará de Funcionamento;
- 11.4.2. As certidões que não apresentarem o prazo de validade em seu corpo serão consideradas válidas desde que emitidas com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias da data prevista para realização da sessão pública do Pregão.
- 11.4.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 11.4.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:
- Em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo;
- Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; b)
- Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.4.5 Os documentos exigidos neste Pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, autenticado por cartório competente ou por servidor do Departamento de Licitações, ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- 11.4.6 Serão aceitas somente cópias legíveis;
- 11.4.7. Aplicar-se-ão às microempresas e empresas de pequeno porte o previsto nos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 11.4.8. Em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de formalização do ajuste.
- 11.4.9. Em conformidade com a LC 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, por

www.no<u>bres.mt.gov.br</u>



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

- 11.4.10 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, consoante o item imediatamente anterior, será assegurado o prazo de <u>05 (cinco) dias úteis</u>, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, desde que apresente a certidão vencida junto aos documentos de habilitação.
- 11.4.11. A não-regularização da documentação no prazo previsto no item imediatamente anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 11.4.12. Apresentação do anexo 12 (Cláusula Anticorrupção), sob efeito de inabilitação na plataforma BLL.
 - a) Certidão de Idoneidade: https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:
 - b) Certidão CGU: https://certidoes.cgu.gov.br/
 - c) Certidão Improbidade Administrativa CNIA: https://www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php

11.5. – QUALIFICAÇÃO ECONOMICA- FINACEIRA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Demonstrações contábeis, incluindo o balanço patrimonial do exercício social do ano do último exercício já exigível, apresentados na forma da lei ou documentação equivalente, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios; ou,
- b) Para as empresas que são facultadas a apresentação do Balanço Patrimonial pelo FISCO, que o caso das empresas com Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Optantes pelo Simples Nacional (EPP e ME) em substituição ao Balanço poderão apresentar Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica IRPJ referente ao ano do último exercício já exigível (Conforme o disposto no § 1º do Art. 7º da Lei nº 9.317/96 c.c. Art. 31, I, da Lei n. 8.666/93, c.c. Art. 3º do Decreto Federal n. 8.538/2015 e Art. 47 da Lei 123/2006);

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

c) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extra Judicial expedida pelo

distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de, no máximo, trinta dias antes da data da abertura

dos envelopes, caso não apresente o seu prazo de validade;

d) Para o Micro Empreendedor Individual Declaração Anual do SIMEI quando a empresa se

manteve em atividade em exercício(s) anteriores, quando a abertura da mesma for do ano vigente não

será necessário apresentar a Declaração citada;

e) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, em nome da empresa, fornecido por pessoa

jurídica de direito público ou privado (que não seja participante do presente certame), comprovando

aptidão para desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação (Material

Metálico). (Este documento deverá vir reconhecido firma da assinatura em cartório)

f) Declaração da licitante, sob as penas do Art. 299 do código Penal, de que terá a disponibilidade,

caso venha a vencer o certame, dos produtos licitados para realizar a entrega nos prazos e/ou

condições previstas. (MODELO ANEXO XIV)

g) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº

9.854, de 27 de outubro de 1999. (MODELO ANEXO XIV).

h) Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em

nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo,

salientando que:

a. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles

documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da

matriz;

11.5.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia

autenticada por cartório competente, ou em publicação da imprensa oficial;

11.5.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos

documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

11.5.3. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer

dispositivo deste Edital e seus anexos, o pregoeiro considerará o proponente inabilitado.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

11.5.4. Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo

299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de 01(um) a 05 (cinco) anos, se o documento

é público, e reclusão, de 01 (um) a 03 (três) anos, e multa, se o documento é particular, independente

da penalidade estabelecida no artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002.

11.5.5. No caso de micro-empresa e empresa de pequeno porte, que nos termos da Lei Complementar

123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente a regularidade fiscal, esta deverá ser

mencionada.

11.5.6. A micro-empresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a LC

123/2006, deverá apresentar na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação,

declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do Art. 3º da referida Lei.

11.5.7. A Empresa Licitante que quiser gozar dos benefícios da LC 123/2006 – 147/2014, deverá

apresentar requerimento próprio para este fim.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas)

horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

12.2. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas,

rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo

licitante ou seu representante legal.

12.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de

pagamento.

12.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer

da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo,

fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter

alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado,

sob pena de desclassificação.

12.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de

outro licitante.

12.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares

estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13. – DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DOS LICITANTES

13.1. - Caberá ao Pregoeiro (a) inabilitar a licitante que não atender às exigências previstas, omitir

qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade, excetuado o disposto

no item 21.2 deste Edital.

13.2. - Poderá ser habilitada a licitante que tenha apresentado documentos com erros formais, desde

que, justificadamente, tais fatos sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração.

13.3. - Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o (a) Pregoeiro (a)

analisará a documentação de habilitação das proponentes remanescentes respeitando a ordem de

classificação.

14. - DO RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E QUALIFICAÇÃO DA

LICITANTE

14.1. - Depois de avaliada a aceitabilidade da(s) proposta(s) e a qualificação da(s) licitante(s)

titular(es) do(s) menor(es) preço(s), constatado o atendimento dos requisitos, a Pregoeira comunicará

as licitantes da decisão sobre a aceitabilidade ou não das propostas e da habilitação e proclamará o

resultado da licitação.

14.2. - Declarada a vencedora da licitação e não havendo interposição de recurso ou solicitação de

amostras, o (a) Pregoeiro (a) fará a adjudicação do objeto à vencedora, com imediata emissão da

confirmação, que discriminará e documentará as condições específicas para a contratação.

15. - DOS RECURSOS

15.1. - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante

qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo

de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma

motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

campo próprio do sistema.

15.2. - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de

motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.3. - Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as

condições de admissibilidade do recurso.

15.4. - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a

decadência desse direito.

15.4.1. - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para

apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para,

querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que

começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos

elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.5. - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço

constante neste Edital.

16. - DA HOMOLOGAÇÃO

16.1. - Decididos os recursos eventualmente formulados, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará o processo

da licitação à autoridade competente, para adjudicação e homologação do resultado e convocação da

licitante vencedora para a assinatura do contrato, o qual poderá, motivadamente, revogar a licitação,

por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade ou inobservância dos termos do Edital

e ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos

interessados ou de seus representantes legais, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser

ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

16.2. - A invalidação do procedimento licitatório induz à do contrato.

16.3. - A convocação para assinatura do contrato/ata será formalizada mediante notificação

encaminhada ao endereço eletrônico (declinado pelo licitante na sua proposta de preços ou envelope)

ou qualquer outro meio a critério do Município.

16.4. - A adjudicatária deverá assinar o contrato/ata dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200

www.no<u>bres.mt.gov.br</u>



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

da notificação enviada pelo Departamento de Licitações, na forma definida por esta Administração

em conformidade com o item 14.3.

a) O prazo concedido para assinatura da ata de Registro de Preços/contrato poderá ser prorrogado

uma única vez, por igual período, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

17. - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. – Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

17.1.1. - Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários,

fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Município

de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no

caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e

de qualquer tipo de demanda.

17.1.2. – A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto dopresente

edital, com perfeição e acuidade.

17.1.3. - Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando

ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a

responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em

serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.

17.1.4. - A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao

Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária,

devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

17.1.5. - Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo

Município, e cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência

imediatamente e por escrito de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho.

17.1.6. – Manter, durante a execução do contrato/ata, as mesmas condições de habilitação.

17.1.7. – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem

necessários no quantitativo estimado do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por

cento) do valor contratado.

17.1.8. - A contratada deverá fornecer todos os produtos de alta qualidade dentro das normas exigidas

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

pelo código do consumidor.

17.1.9. A licitante vencedora deverá manter em estoque quantidades suficientes para o pronto

atendimento das Secretarias, tendo em vista que o seu descumprimento acarretará as penalidades

previstas em Edital, inclusive multa diária por dia de atraso.

17.1.10. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do Fornecimento,

inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

17.1.11. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço

registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução

ouinexecução da entrega objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo

não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

17.1.12. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta

bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

17.1.13. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas

regulamentadoras pertinentes;

17.1.14. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe,

integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida

por esta Prefeitura;

17.1.15. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de

fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a

contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades

competentes e às disposições legais vigentes;

18. - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais,

inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da licitante às

dependências da Prefeitura Municipal de Nobres-MT.

18.2. Emitir autorização de fornecimento, bem como outras informações que considerar pertinentes

para o bom e fiel cumprimento da ata e ou/ e do instrumento contratual;

18.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA/PROMITENTE, no prazo avençado após a entrega

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200

www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

da Nota Fiscal no Departamento de Contabilidade e nas condições estabelecidas nesta ata;

18.4. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições

estabelecidas na ata de registro de preços e/ ou contrato bem como demais anexos;

18.5. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados

pela CONTRATADA/PROMITENTE;

18.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela promitente/contratada;

18.7. O objeto licitado será recebido pela contratante no local indicado na proposta de preço pelo

vencedor do certame, conforme endereço estabelecido no ANEXO I;

18.8. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação

qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização

monetária.

18.9. O fornecimento de qualquer item do objeto licitado, em desconformidade com as especificações

do Anexo I do edital e a proposta de preços, acarretará a obrigação de corrigir a desconformidade.

18.9.1. Na impossibilidade de correção da desconformidade o item será rejeitado, com a aplicação

das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

18.9.2. Atestar o efetivo recebimento definitivo do objeto licitado;

18.9.3. - Aplicar a CONTRATADA penalidades e sanções, quando for o caso;

18.10. – Prestar a toda e qualquer informação a promitente fornecedora, por esta solicitada, necessária

à perfeita execução do Contrato;

18.11. Notificar, por escrito à promitente fornecedora/Contratada da aplicação, de qualquer sanção;

18.12. - Vetar o recebimento de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações

apresentadas na proposta da Contratada.

19. - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. A entrega dos materiais deverá ser feitas nas sedes das Secretarias solicitantes, ou no local

indicado por elas nas NADS, desde que não haja possibilidade de recebimento na sede, e que, o local

indicado seja no perímetro urbano da cidade, conforme Anexo I – Termo de Referência.

19.2. - No recebimento e aceitação do objeto desta Licitação, serão consideradas, no que couber, as

disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei n. 8.666/93, observando-se que;

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200

www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

19.3. O objeto será recebido definitivamente (já incluso o recebimento provisório), em até 10 dias,

para verificação da qualidade, quantidade e conformidade com o exigido no Edital, pelo fiscal de

contrato designado pela Administração;

19.4. As Secretarias poderão, quando do recebimento do objeto, efetuar quaisquer diligências que

julgar necessárias para aferir a qualidade do mesmo, observadas as especificações constantes deste

Edital e seus anexos.

19.5. Em caso de dúvidas quanto à qualidade dos materiais ofertados, os ensaios, testes e demais

provas exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do licitante/contratado, cabendo à

Administração escolher os testes que serão realizados e a instituição que as promoverá, nos termos

dos arts. 43, § 3°, c/c. 75 da Lei n.8.666/93.

19.6. Verificando-se defeito ou que o objeto não atende as especificações do Edital, a licitante será

notificada para saná-lo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, ficando, nesse período, interrompida a

contagem do prazo para recebimento definitivo.

19.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e penal da licitante.

19.8. Todos os materiais deverão obedecer às normas e padrões da ABNT, INMETRO e IAP, serem

de boa qualidade e atender eficazmente as finalidades que deles naturalmente se exige, conforme

determina o Código de Defesa do Consumidor.

19.9. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as

especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo

de 48 (quarenta e oito) horas, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

20 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1 - O pagamento, decorrente da aquisição do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito

em conta corrente, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento dos produtos e atesto da Nota

Fiscal pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art.

73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

a) A contratada deverá apresentar junto com a Nota fiscal/fatura, a CND federal conjunta, Certidão

Negativa de Débitos Trabalhista e Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo

de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS em plena validade e a cópia da respectiva nota de empenho.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

20.2. - Ocorrendo erro na documentação fiscal de cobrança, esta será devolvida e o pagamento será sustado para que a prestadora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

20.2. - Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

20.3. - Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da prestadora.

20.4. - O Município de Nobres-MT, não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

20.5. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela prestadora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

21. DAS PENALIDADES

21.1- Às proponentes que ensejarem o retardamento na execução do certame, seja parcial ou total, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator na forma da lei 8666/1993, conforme segue:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência:

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n°., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

- § $I^{\underline{o}}$ Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.
- § 2° As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- § 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação. (Vide art 109 inciso III)
- Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:
- I tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.2. - As infrações penais tipificadas nos artigos do Código Penal, serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

- 21.3. Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, a concessão do objeto poderá ser rescindida unilateralmente, a qualquer tempo, pelo Município de Nobres.
- 21.4. A aplicação destas sanções será precedida de regular processo administrativo, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis.
- 21.5. As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

administrativa que as tenham aplicado, podendo ser descontadas dos valores devidos, o que é totalmente aceito pela licitante vencedora.

22. - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento – Exercício de 2022, que deverão ser alocadas nas seguintes dotações :

	444 00 004 45 454 0040 4040 4 400 00 4 500 000000
Sec. Infraestrutura	414 - 08.001.15.451.0010.1016.4.4.90.30.1.500.0000000
Sec. Infraestrutura	432 - 08.001.15.452.0010.1017.4.4.90.30.1.500.0000000
Sec. Infraestrutura	447 - 08.001.15.452.0019.1024.4.4.90.30.1.500.0000000
Sec. Infraestrutura	466 - 08.001.15.452.0032.2053.3.3.90.30.1.500.0000000
SubPrefeitura	632 - 17.001.04.122.0008.2023.3.3.90.30.1.500.0000000
SubPrefeitura	650 - 17.001.26.782.0008.2116.3.3.90.30.1.500.0000000
SubPrefeitura	653 - 17.001.26.782.0008.2117.3.3.90.30.1.500.0000000

22.2. As despesas decorrentes do ano de 2023, ocorrerão pelas dotações orçamentárias do ano de 2023.

23. DA ATA DE REGISTRO DE PRECO

- 23.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, a Pregoeira opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente para fins de homologação.
- 23.2. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão, serão adotados os mesmos procedimentos já previstos neste edital para adjudicação e homologação do resultado da licitação.
- 23.3. A autoridade competente homologará o resultado da licitação, convocando o adjudicatário a assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de no máximo 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo pela via eletrônica ou junto a Prefeitura.

24. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PRECO

- 24.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses a partir de sua assinatura.
- 24.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o órgão Gestor e os demais Órgãos participantes não serão obrigados à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos itens objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

qualquer espécie à empresa detentora da Ata.

25. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

25.1. – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

25.2. – Pela Administração, quando:

25.2.1 – A Detentora não cumprir com as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;

25.2.2 – A Detentora que não formalizar o Termo de Contrato, quando cabível, decorrente da Ata de

Registro de Preço, ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração

não aceitar sua justificativa;

25.2.3. – A Detentora der causa a rescisão administrativa do Termo de Contrato, decorrente da Ata

de Registro de Preços;

25.2.4 – Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do pedido, decorrente da ata de

registro de preços;

25.2.5 - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado.

25.2.6 – Por razões de interesse público, devidamente justificadas pela Administração;

25.2.7 - quando comprovada a observância de qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei

8.666/93.

25.3 - A comunicação do cancelamento de preço registrado será feita pessoalmente ou por

correspondência, com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem

ao Registro de Preços;

25.4 – Nos casos de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será

feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico AMM/MT, por duas vezes consecutivas,

considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

25.5- Pela Detentora quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de

cumprir as exigências da Ata de Registro dos Preços;

25.6 – A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com

antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no

item do edital caso não aceitas as razões do pedido.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

26. DA ADESÃO À ATA DE RP

26.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização da Secretaria Municipal de Administração.

26.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras assumidas com o município de Nobres/MT e órgãos participantes.

26.3. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes. (DECRETO Nº 9.488, DE 30 DE AGOSTO DE 2018)

26.3.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. DECRETO Nº 9.488, DE 30 DE AGOSTO DE 2018)

26.4. O processo de autorização de adesão à Ata de Registro de Preços, será competência do Secretário de Administração, que, somente autorizará adesões que obedeçam os seguintes requisitos:

- a) que exista disponibilidade do item solicitado;
- b) que instrua o pedido através de oficio, com as informações necessárias de acordo com a legislação vigente;
- 14.5. Para instrução do pedido de que trata a alínea "b", além das exigências constantes para o processo de autorização de adesão deverá ainda, conter as seguintes informações:
- a) número da ata e seu objeto;
- **b)** quantidade contratada;
- c) justificativa da necessidade de contratação do item solicitado;
- d) nome, cargo, telefone e setor do responsável pelo pedido de adesão à ata de registro de preço, para possíveis contatos;
- e) quantidades e itens aderidos anteriormente na referida ata;
- f) carta de concordância do fornecedor;

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

g) justificativa da vantajosidade;

26.6. Cumpridos os requisitos formais para o processo de adesão à Ata de registro de preços,

somente após parecer jurídico favorável a adesão, a Administração Municipal autorizará o pedido de

adesão.

26.7. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador, Prefeitura Municipal de

Nobres, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@nobres.mt.gov.br ou pelo

endereço Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Bairro Jardim Paraná, telefones: (65) 3376-

4215.

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1 - A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância com os

termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, não se podendo alegar, posteriormente,

desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

27.2 - As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidades das informações e dos

documentos apresentados em qualquer fase da licitação, bem como, pelo custo da preparação e

apresentação dos documentos, independentemente do resultado do processo licitatório, sem direito a

ressarcimento.

27.3 - O (a) Pregoeiro (a), em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não

comprometam o interesse da Administração, a lisura da licitação, a finalidade e a segurança da

contratação/fornecimento, e não contrariem a legislação vigente, poderá sanar e/ou relevar omissões

ou erros observados na documentação e na proposta, sendo possível, caso julgue necessário, a

promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

27.4 - No caso de decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público que

impeça a realização da licitação na data fixada neste Edital, fica a mesma prorrogada para o

próximo dia útil, prevalecendo o horário estabelecido.

27.5 - O órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar os negócios já realizados, no todo ou

em parte, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus

representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância dos termos deste

Edital ou de seus anexos, se for o caso.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

27.6 - O certame poderá ser suspenso a qualquer momento, com a devida justificativa do pregoeiro, não ensejando quaisquer indenizações ou direitos aos licitantes interessados em participar da licitação;

27.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Só iniciam e vencem os prazos em dias de expediente.

27.8 - Nas aquisições advindas do presente processo licitatório aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 - Código de Defesa do Consumidor.

27.9 - As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no Foro da Comarca de Nobres-MT, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

27.10 - Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos deverá ser enviado no sistema eletrônico: www.bll.org.br, até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para o julgamento das propostas.

27.11. - O tratamento favorecido e diferenciado aos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, se aplica igualmente ao agricultor familiar, produtor rural pessoa física e sociedades cooperativas de consumo, nos termos da Lei Complementar 123/2006.

27.12. - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal 10.520/2002, do Decreto nº 10.024/2019, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

27.13. - Não cabe à Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

28. DOS ANEXOS

28.1 São partes integrantes deste Edital os anexos:

- a) **ANEXO I** Termo de Referência;
- b) ANEXO II Formulário Padrão de Proposta de Preços;
- c) **ANEXO III** Modelo Declaração para MPE'S nos termos da LC 123/2006;
- d) ANEXO IV Modelo Adesão BLL
- e) ANEXO V Modelo Declaração BLL

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

- f) ANEXO VI- Modelo Declaração de Idoneidade
- g) ANEXO VII- Modelo Declaração de fatos impeditivos
- h) ANEXO VIII- Modelo Declaração de empregador (Pessoa Jurídica);
- i) ANEXO IX- Modelo Declaração de responsabilidade
- j) ANEXO X Minuta Ata Registro de Preços;
- k) ANEXO XI Minuta do contrato;
- 1) ANEXO XII Declaração antifraude;

Nobres-MT, 08 de julho de 2022.

Quézia da Rosa Ferreira Supervisora de Departamento



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2022

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TELA SOLDADA NERVURA PARA TUBOS CONCRETO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE NOBRES - MT, conforme condições e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

1. JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Nobres possui Fábrica de Tubos de Concreto, e a aquisição do material abaixo visa atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura na Fabricação dos mesmos, visto que o Material (Tela Soldada), é indispensável na fabricação de Tubos de Concretos, que são utilizados no processo de controle e gerenciamento das águas da chuva.

2. ITENS E SEUS QUANTITATIVOS

Código TCE	Itens	Unidade	Quantidade	Preço estimado	Valor total
127400	TELA SOLDADA NERVURADA PARA TUBO DE CONCRETO ARMADO COM ROLO 97 X 120 M. (ROLO) 3.8 MFF 113	ROLO	200	R\$ 2.939,58	R\$ 587.916,00
127401	TELA SOLDADA NERVURADA PARA TUBO DE CONCRETO ARMADO COM ROLO 97 X 120 M. (ROLO) 4.2 MF 138	ROLO	200	R\$ 3.389,57	R\$ 677.913,50

3. DA GARANTIA E DO FORNECIMENTO DO PRODUTO

- 1. O licitante vencedor ficará obrigado a substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais em que se verificarem defeitos de fabricação ou avariados, ainda que só detectados quando da sua utilização, respeitadas as garantias legais e contratuais;
- 2. Os produtos deverão obedecer às características técnicas correspondentes aos elementos contidos nas especificações expressas neste termo;
- 3. Na proposta deverá ser indicado o prazo de garantia do fabricante;
- 4. O prazo de entrega dos produtos será de até 10 (dez) dias uteis após o recebimento da Autorização de fornecimento nos locais abaixo, indicados pelas secretarias solicitante e a entrega dos materiais solicitados nesta, deverá ser realizada em remessa unica.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

5. Os produtos adquiridos por meio deste Pregão deverão ser entregues nos seguintes locais, durante o expediente, ou seja, de 07h às 13h e das 13h às 17h, quando serão examinados por servidor responsável pelo seu recebimento:

Sec. De Infraestrutura	Almoxarifado Central – Rua D, s/n, Bairro Jd. Parana, atrás do Rotary.
Sub-Prefeitura	Almoxarifado Central – Rua D, s/n, Bairro Jd. Parana, atrás do Rotary.

- 6. A ausência de um representante da empresa no momento da entrega e verificação dos produtos pelo servidor responsável acarretara na aceitação, pela empresa fornecedora, de quaisquer vícios que a secretaria solicitante apontar nos produtos entregues, devendo a fornecedora realizar a troca dos mesmos em até 24 (vinte e quatro) horas após o apontamento dos vícios, incorrendo em atraso passado o prazo previsto acima.
- *A entrega de Produtos vencidos ou mesmo com prazo inferior ao mencionado anteriormente, acarretara no cancelamento do registro realizado com a fornecedora, respeitando o Contraditório e Ampla Defesa.
- 7. O recebimento dos Produtos será feito em 02 (duas) etapas por funcionário designado pela Secretaria Solicitante, conforme a seguir:
- 8. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do Produto com a especificação. No local da entrega, o servidor designado fará o recebimento dos materiais, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega do produto e, se for o caso, as irregularidades observadas.
- 9. Definitivamente, até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor designado que procederá ao recebimento, verificando as especificações e as qualificações do produto entregue, de conformidade com o exigido neste EDITAL e com o constante na proposta de preços da LICITANTE CONTRATADA.
- 10. Se constatada irregularidades no produto entregue, a CONTRATANTE, através de seu Departamento de Compras, poderá:
- 11. Se disser respeito à sua especificação, rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n°., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

12. Na hipótese de substituição, a LICITANTE CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade

com a indicação do Departamento de Compras, no prazo por ele estipulado, contado de sua

notificação, mantido o preço inicialmente proposto;

13. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar a sua complementação,

ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não há limite mínimo ou máximo para o quantitativo dos Pedidos, os mesmos serão de acordo

com a necessidade de cada Secretaria.

4. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias após a entrega da Nota Fiscal.

2. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão

Eletrônico SRP n° 25/2022).

3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer

obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso

gere direito a qualquer compensação;

4. Para que se proceda efetivamente o pagamento, a Contratada deverá seguir alguns procedimentos:

5. Fazer acompanhar da Nota Fiscal/Fatura, obrigatoriamente, todas as certidões de regularidade

fiscal, já citadas anteriormente, devidamente vigentes:

6. A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida

em Lei, e caso não apresente a efetiva documentação necessária, dentro do prazo legal; o recebimento

ficará prejudicado podendo ser suspenso ou interrompido

Independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação.

7. O pagamento dar-se-á por intermédio de Ordem Bancária (OB) e em moeda corrente.

5. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O Município convocará formalmente a licitante vencedora para que no prazo de até 05 (cinco) dias

úteis a contar da data da publicação da homologação, para assinar a ATA DE REGISTRO DE

PREÇOS.

2. A Administração poderá, quando a proponente vencedora, convocada dentro do prazo de validade

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

de sua proposta não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar a Ata,

retomar a sessão pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de

classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira

classificada, ou revogar, a licitação independentemente da cominação do artigo 81 da Lei Federal nº

8.666/93.

3. Decorrido o prazo, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o

proponente convocado para a assinatura da Ata, será ele considerado como desistente, ficando sujeito

às sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente, conforme determina os artigos 86,87,88 da lei

8666/93.

4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global da respectiva proposta;

5. Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos; 4.3.3 A

multa de que trata o item 4.3.1 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da

intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado,

no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços para os objetos deste certame será de 12 (doze)

meses, podendo ser prorrogada na forma da lei.

7. Na ata de Registro de Preço constarão todas as obrigações, direitos e deveres estabelecidos neste

edital.

8. A minuta da ata de Registro de Preços, a ser assinada pelo licitante vencedor, compõe os ANEXOS,

deste edital.

6. PREVISÃO LEGAL

1. A contratação do objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal na Lei Federal 10.520/02 e

subsidiariamente na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2. Os itens e quantidades deste termo de referencia foram autorizados pelos seguintes secretários:

Nobres, 23 de junho de 2022.

RAFAEL ROBERTO BOTINI

CPF: 025.169.681-24

Secretário de Infraestrutura

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200

www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO II

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 25/2022

PARTICIPANTE:	
CNPJ/CPF	
NOME:	
ENDEREÇO:	N°:
BAIRRO:	CEP:
CIDADE:	UF:
COMPL.:	
TELEFONE	CONTATO:

Passamos as mãos de Vossa Senhoria, nossa proposta de preço referente aos itens do objeto do Pregão Eletrônico SRP n° 25/2022, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TELA SOLDADA NERVURA PARA TUBOS CONCRETO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE NOBRES – MT, conforme condições e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Para o fornecimento dos produtos, incluindo encargos e outras despesas inerentes, nosso preço total dos itens é de R\$.....

Cód. TCE	DESCRIÇÃO	Marca	Unid	Quant	Valor Unitário	Valor total
127400	TELA SOLDADA NERVURADA PARA TUBO DE CONCRETO ARMADO COM ROLO 97 X 120 M. (ROLO)		ROLO	200	R\$	R\$
127401	TELA SOLDADA NERVURADA PARA TUBO DE CONCRETO ARMADO COM ROLO 97 X 120 M. (ROLO) 4.2 MF 138		ROLO	200	R\$	R\$

A empresa	declara	estar ciente de todas as	condições da contratação,
conforme previsão editalícia.			

A empresa declara que todos os encargos já estão inclusos na proposta dos itens.

A empresa declara que terá condições de cumprir com os prazos e condições de entrega dos produtos.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias. Prazo de entrega:.....

Local e data

Carimbo da empresa/Assinatura do responsável

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

	, com sede,
	e com Inscrição Estadual n. ida por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)).
Srs(as), portadores(a	as) da Cédula de Identidade RG ne
nscrito(s) no CPF sob n, é [micro e	mpreendedor individual/microempresa/empresa de
pequeno porte] nos termos da legislação vige	ente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos
no § 4.º do artigo 3.º da Lei Complementar n.	123/2006.
Obs.: No caso de microempresa e emp	resa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006,
possuir alguma restrição na documenta	ção referente à regularidade fiscal, esta deverá ser
possuir alguma restrição na documenta mencionada, como ressalva, na supracitad	· -
,	
mencionada, como ressalva, na supracitad	
mencionada, como ressalva, na supracitad LOCAL, data. NOME	

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200

Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO IV

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BLL-BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)			
Razão Social:			
Ramo de Atividade:			
Endereço:			
Complemento:	Bairro:		
Cidade:	UF:		
CEP:	CNPJ:		
Telefone	Inscrição		
Comercial:	Estadual:		
Representante	RG:		
Legal:			
E-mail:	CPF:		
Telefone			
Celular:			
Whatsapp:			
Resp.			
Financeiro:			
E-mail	Telefone:		
Financeiro:			
E-mail para informativo de edital			
ME/EPP:() SIM() Não			

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema de pregão Eletrônico da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil do qual

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200 www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

Tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

Observar a legislação pertinente, bem como o disposto no Estatuto Social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme

Anexo III.I

Pagar as taxas pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitação de DIL. Deles de Licitação de Busil.

Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

4. O Licitante autoriza a BLL – Bolsa de Licitações do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições

definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de

Licitações do Brasil.

5. O presente Termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo,

pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas

durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizado e/ou em andamento.

O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última

utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se

pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações

contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do

Brasil qualquer mudança ocorrida.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200

Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

Local e data:					_
(Assinaturas au	torizadas com f	irma reconheci	ida em car	tório)	
<u>OBSERVAÇÃO</u>	<u>)</u> : OBRIGATÓ	RIO RECONI	HECER F	IRMA (EM	CARTÓRIO) DA
ASSINATURAS ALTERAÇÕES (AUTENTICADAS	E/OU BREVI				

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n°., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200 www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO V

ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

Ra	Razão Social do Licitante: CNPJ/CPF:				
Op	Operadores				
1	Nome:				
	CPF:	Função:			
	Telefone:	Celular:			
	Fax:	E-mail:			
	Whatsapp				
2	Nome:				
	CPF:	Função:			
	Telefone:	Celular:			
	Fax:	E-mail:			
	Whatsapp				
3	Nome:				
	CPF:	Função:			
	Telefone:	Celular:			
	Fax:	E-mail:			
	Whatsapp				

O Licitante reconhece que:

A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200 www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;

O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;

A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;

O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, no Serviço de Proteção de Credito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local e data:	_
(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)	

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO VI

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA – SOMENTE PARA O <u>FORNECEDOR</u> <u>VENCEDOR</u>

Editais publicados pelo sistema de aquisição:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

Editais publicados pelo sistema de registro de preços:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote <u>adjudicado</u>, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de **R\$ 600,00 (seiscentos reais)** por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL -Bolsa de Licitações do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto ao sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200

Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

BLL – Bolsa de Licitações do Brasil. A corretagem será pactuada entre os o licitante e a corretora de acordo com as regras usuais do mercado.

DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos os termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Local e data:	

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 25/2022 DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(Nome da Empresa)
CNPJ/MF N°,
sediada.
(Endereço Completo)
Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a
modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 25/2022 , instaurada pela Prefeitura Municipal de Nobres-
MT, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer
le suas esferas.
Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.
(Local e Data)
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)
OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e
carimbada com o número do CNPJ.
carmoada com o numero do CIVI 3.
Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,
Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200
1 OHC: 33/U TZUU



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 25/2022 DECLARAÇÃO DE CIENCIA E CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

(Nome da Empresa)						
CNPJ/MF N°						,
sediada(Endereço Co	ompleto)					
Em atendimento ao previsto no e						
			, DECLA			cumprimos
plenamente os requisitos de habi	litação ex	igidos pa	ra participação	no presente	certam	e e Declaro
ainda sob as penas da Lei, que até	a presente	e data ine	xistem fatos imp	editivos par	a sua ha	abilitação no
presente processo e que está ciento	e da obrig	atoriedad	e de declarar oc	orrências po	steriore	S.
(Local e Data)						
(Nome e Número da	Carteira	de Identic	ade do Declara	nte)		
OBS. Esta declaraçã carimbada com o núme			la em papel tim	brado da em	ipresa p	proponente e
ESTE DOCUMEN	VTO DEV	ERÁ EST	'AR NO CRED	ENCIAMEN	NTO	
Rua Ludga	ardes Hof	fmann Ric	edi, s/nº., Jardim	Paraná,		

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n°., Jardim Parana Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200 www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO XIX

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 25/2022 DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR

(Nome da Empresa)		
CNPJ/MF N°	, sediada	(Endereço
Completo)		
Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empreg	gados menores de 18 (c	d ezoito) anos
em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalh	o, menores de 16 (dez	zesseis) anos,
salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze), anos,	em observância à Le	ei Federal nº
9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei	Federal nº 8666/93.	
Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente	-	
modalidade Pregão Eletrônico nº 25/2022 , instaurado pelo Munic	1	•
em seu quadro de pessoal servidor público ou membro comissiona		_
exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administraçã		o, (inciso III,
do art. 9º da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº. 04/	(90),	
Por ser verdade, firmamos a presente.		
Local e data		
Nome do declarante	RG CPF	
OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da en	npresa proponentecarii	mbada com o
número do CNPJ.		
Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes dev	rerá declarar essa cond	ição.
Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n°., Jan Paco Municipal, CEP: 78460-000		

Fone: 3376-4200 www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO X

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 53/2022

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão Eletrônico SRP nº 25/2022
da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, que a empresatomou
conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a
cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.
Local e data:

Assinatura e carimbo da empresa:

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n°., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200 www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO XI

DECLARAÇÃO ANTIFRAUDE E DA CORRUPÇÃO

(EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o no, e inscrição estadual no_
, com sede à (ENDEREÇO), neste ato representada por (NOME),
profissão, portador do RG no, do CPF no, vem
em atenção ao edital do Pregão Eletrônico n. 10/2022, declarar, sob as penalidades cabíveis que
tem ciência do seguinte:
- Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus
fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante
todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos
desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente,
qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de
licitação ou na execução de contrato;
b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de
influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
c) "práticacolusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais
licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes o prepostos do órgão licitador, visando
estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às
pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em outro processo licitatório ou
afetar a execução do contrato;
e) "prática obstrutiva":
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos
representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a
apuração de alegações de prática prevista; atos cuja intenção seja impedir materialmente o
exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;
- Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral,
ii The imposses de limanetamente, paretar en integrai, por organismo financento matriaterar,

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado para a outrora de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local

de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cidade e Estado:	>	
		Data://

RESPONSÁVEL LEGAL RG e/ou CPF

*Esta declaração deverá estar contida na documentação de habilitação (sob efeito de inabilitação)



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO XII

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO	
(Papel timbrado da empresa)	
A	
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES	
REF: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA	
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 25/2	022
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM	
Indicamos o (a) Sr.(a)	, portador da cédula de
identidade nº	
como nosso representante legal na Licitação em referê	ncia, podendo rubricar a documentação de
HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS, manifestar, presta	r todos os esclarecimentos à nossa Proposta,
interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim-	, praticar todos os atos necessários ao fiel
cumprimento do presente Credenciamento.	
CNPJ:	
Razão Social:	
Nome de Fantasia:	
Inscrição Estadual:	
Atenciosamente,	
Assinatura do Represen	tante Legal
(nome e função na e	mpresa)
RG:	
CPF:	
CNPJ da empre	esa

ESTE DOCUMENTO DEVERA VIR FORA DOS ENVELOPES

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200 www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO XIII

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)	, CNPJ N°	, sediada na Rua
, nº	, bairro,	, CEP Município -
, por seu represer	ntante legal abaixo assinado,	em cumprimento ao solicitado no
Edital de PREGÃO ELETRÔNICO	SRP nº 25/2022, DECLARA,	, sob as penas da lei, que:
- inexistência de fato superveniente	impeditivo de habilitação, r	na forma do Art. 32, § 20, da Le
8.666/93;		
- não possui em seu quadro de pesso	oal empregado(s) com menos	s de 18 (dezoito) anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre, e m	nenores de 16 (dezesseis) and	os, em qualquer trabalho, salvo na
condição de aprendiz, a partir de 14	4 (quatorze) anos, nos termo	s do inciso XXXIII do art. 7 º da
Constituição Federal e inciso V, ar	t.27, da Lei 8666/1993, com	redação determinada pela Lei n
9.854/1999.		
- não possui em seu quadro de pesso	al servidores públicos do Pod	ler Executivo Municipal exercendo
funções técnicas, comerciais, de gere	ência, administração ou toma	da de decisão, (inciso III, do art 9
da Lei 8666/93 e inciso X.		
- sob as penas do Art. 299 do código	Penal, que terá a disponibilida	ade, caso venha a vencer o certame
dos produtos licitados para realizar a	entrega nos prazos e/ou conc	lições previstas.
	Local,/	
Assinatur	ra do representante legal sob c	carimbo
	RG:	
	CPF:	
	CNPJ da empresa:	
Dec I - 11	og Hoffmann Diedi z/0 J	dina Danané
Kua Ludgard	es Hoffmann Riedi, s/nº., Jaro	um rarana,

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO V

MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica emitente deste atestado e sua assinatura)

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO XIV

MODELO DE DECLARA	ÇÃO PARA ME E	EPP (Empregador	Pessoa Jurídica)	
(Papel timbrado da empres	a)			
A				
PREFEITURA MUNICIPA	AL DE NOBRES			
Ref : EDITAL DE LICITA	ÇÃO NA MODALI	DADE PREGÃO	ELETRÔNICO	SRP.
N°. 25/2022				
TIPO: MENOR PREÇO P	OR ITEM			
(Nome da Empresa)		, CNPJ N°	,	sediada na Rua
	, nº, bair	ro,	, СЕР	Município
, por se	u representante lega	l abaixo assinado,	, em cumpriment	to ao solicitado no
Edital de PREGÃO ELET	RÔNICO SRP nº 2	5/2022, DECLAR	A, sob as penas	da lei, que não se
encontra em nenhuma das 147/2014.	situações previstas	no § 4º do art. 3º	da Lei Compler	mentar 123/2006 –
	Local, _			
	Assinatura do repres	sentante legal sob	carimbo	
		RG:		
		CPF:		

CNPJ da empresa

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO XV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

- 1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TELA SOLDADA NERVURA PARA TUBOS CONCRETO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE NOBRES MT, conforme condições e especificações constantes no Edital e anexos do PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 23/2022, para Registro de Preços.
- 1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por ITEM conforme segue:

Cód. TCE	DESCRIÇÃO	Marca	Unid	Quant	Valor Unitário	Valor total
-------------	-----------	-------	------	-------	-------------------	-------------

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

127400	TELA SOLDADA NERVURADA PARA TUBO DE CONCRETO ARMADO COM ROLO 97 X 120 M. (ROLO)	ROLO	200	R\$	R\$
127401	TELA SOLDADA NERVURADA PARA TUBO DE CONCRETO ARMADO COM ROLO 97 X 120 M. (ROLO) 4.2 MF 138	ROLO	200	R\$	R\$

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.
- 2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
- 2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 23/2022, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

- 3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.
- 3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres MT
- 3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
- 3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.
- 3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

- 4.1. O prazo de entrega dos produtos será de ate 10 (dez) dias uteis após o recebimento da Autorização de fornecimento na sede da secretaria solicitante e a entrega dos matérias solicitados nesta, deverá ser realizada em remessa única.
- 4.2. Os produtos adquiridos por meio deste Pregão deverão ser entregues nos seguintes locais, durante o expediente, ou seja, de 07h às 11h e das 13h às 17h, quando serão examinados por servidor responsável pelo seu recebimento:

Sec. De Infraestrutura	Almoxarifado Central – Rua D, s/n, Bairro Jd. Parana, atrás do Rotary.
Sub-Prefeitura	Almoxarifado Central – Rua D, s/n, Bairro Jd. Parana, atrás do Rotary.

- 4.3. A ausência de um representante da empresa no momento da entrega e verificação dos produtos pelo servidor responsável acarretara na aceitação, pela empresa fornecedora, de quaisquer vícios que a secretaria solicitante apontar nos produtos entregues, devendo a fornecedora realizar a troca dos mesmos em até 24 (vinte e quatro) horas após o apontamento dos vícios, incorrendo em atraso passado o prazo previsto acima.
- 4.4. O prazo de validade dos Produtos quando da entrega pela contratada, deverá ser de no mínimo, 50% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.
- *A entrega de Produtos vencidos ou mesmo com prazo inferior ao mencionado anteriormente, acarretara no cancelamento do registro realizado com a fornecedora, respeitando o Contraditório e Ampla Defesa.
- 4.5. O recebimento dos Produtos será feito em 02 (duas) etapas por funcionário designado pela Secretaria Solicitante, conforme a seguir:
- 4.5.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do Produto com a

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

especificação. No local da entrega, o servidor designado fará o recebimento dos materiais, limitando-

se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no

verso da nota a data da entrega do produto e, se for o caso, as irregularidades observadas.

4.5.2. Definitivamente, até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por

servidor designado que procederá ao recebimento, verificando as especificações e as qualificações do

produto entregue, de conformidade com o exigido neste EDITAL e com o constante na proposta de

preços da LICITANTE CONTRATADA.

4.3 Se constatada irregularidades no produto entregue, a CONTRATANTE, através de seu

Departamento de Compras, poderá:

4.3.1 Se disser respeito à sua especificação, rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua

substituição ou contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.3.2 Na hipótese de substituição, a LICITANTE CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade

com a indicação do Departamento de Compras, no prazo por ele estipulado, contado de sua

notificação, mantido o preço inicialmente proposto;

4.5.3 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar a sua complementação, ou

rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.5.4. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias

contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia

pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela

perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto

do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

4.7. Não há limite mínimo ou máximo para o quantitativo dos Pedidos, os mesmos serão de acordo

com a necessidade de cada Secretaria.

CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.3. Emitir o Termo de Recebimento Definitivo no prazo previsto e o devido recebimento no Verso

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n°., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a

hipótese do item 4.4 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para notificar a detentora da ata para substituição do

objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à

perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal,

devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou

venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no

quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA DAS CONDICÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados

pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos

efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para

data posterior à do seu vencimento.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

- 6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.
- 6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA DOS RECURSOS ORCAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Sec. Infraestrutura	414 - 08.001.15.451.0010.1016.4.4.90.30.1.500.0000000
Sec. Infraestrutura	432 - 08.001.15.452.0010.1017.4.4.90.30.1.500.0000000
Sec. Infraestrutura	447 - 08.001.15.452.0019.1024.4.4.90.30.1.500.0000000
Sec. Infraestrutura	466 - 08.001.15.452.0032.2053.3.3.90.30.1.500.0000000
SubPrefeitura	632 - 17.001.04.122.0008.2023.3.3.90.30.1.500.0000000
SubPrefeitura	650 - 17.001.26.782.0008.2116.3.3.90.30.1.500.0000000
SubPrefeitura	653 - 17.001.26.782.0008.2117.3.3.90.30.1.500.0000000

25.3. As despesas decorrentes do ano de 2023, ocorrerão pelas dotações orçamentárias do ano de 2023.

CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES

- 8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:
 - a) Advertência;
 - a) 2% (dois por cento), até o máximo de 05 (cinco) dias, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

I - Advertência:

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

II- Multa Conforme previsão neste instrumento Convocatório, por dia de atraso na entrega

dos produtos;

III- Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a

quaisquer das cláusulas do contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do

contrato;

IV- Suspensão temporária de participar em licitações no prazo não superior a 2 (dois) anos;

V- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas

Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da

punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria

autoridade que aplicou a penalidade;

A multa a que alude este Instrumento Convocatório não impede que a Administração rescinda

unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos

pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas No item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis,

contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao

Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o

pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8.5. As infrações penais tipificadas nos artigos do Código Penal, serão objeto de processo judicial

na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA NONA DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e

custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos,

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n°., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.424.272/0001-07

contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa,

acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no

cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada materiais/produtos a ser

fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço

registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado

no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente

estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço,

liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a

negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão

Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a

negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto

cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o

fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de

classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou

tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado,

envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento

e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200

www.nobres.mt.gov.br

62



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se

preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados,

respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem

o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de

Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado

através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder

à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá

ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de

descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo "PROMITENTE

FORNECEDOR", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei

Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do

prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata

quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração

não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços,

a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro

de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200

www.nobres.mt.gov.br

63



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não

acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita

por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de

administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível

o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por

uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de

cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando

comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei

Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com

antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula

sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada

caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de

Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão,

igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente

Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição

no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº xx/2022,

bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE

FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA QUARTA DA ADESÃO

14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de

Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização

da Secretaria Municipal de Administração.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela

estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não

prejudique as obrigações presentes e futuras assumidas com o município de Nobres/MT e órgãos

participantes.

14.3. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta

por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços

para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes. (DECRETO № 9.488, DE 30 DE AGOSTO DE 2018)

14.3.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na

totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o

órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não

participantes que aderirem. (DECRETO № 9.488, DE 30 DE AGOSTO DE 2018)

14.4. O processo de autorização de adesão à Ata de Registro de Preços, será competência do

Secretário de Administração, que, somente autorizará adesões que obedeçam os seguintes requisitos:

c) que exista disponibilidade do item solicitado;

d) que instrua o pedido através de oficio, com as informações necessárias de acordo com a

legislação vigente;

14.5. Para instrução do pedido de que trata a alínea "b", além das exigências constantes para o

processo de autorização de adesão deverá ainda, conter as seguintes informações:

h) número da ata e seu objeto;

i) quantidade contratada;

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

:)	inctificativa	do necessido	de de contrato	cão do itam	solicitado:	

- j) justificativa da necessidade de contratação do item solicitado;
- k) nome, cargo, telefone e setor do responsável pelo pedido de adesão à ata de registro de preço, para possíveis contatos;
- 1) quantidades e itens aderidos anteriormente na referida ata;
- m) carta de concordância do fornecedor;
- n) justificativa da vantajosidade;
- 14.6. Cumpridos os requisitos formais para o processo de adesão à Ata de registro de preços, somente após parecer jurídico favorável a adesão, a Administração Municipal autorizará o pedido de adesão.
- 14.7. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador, Prefeitura Municipal de Nobres, por meio do Setor de Licitações através do e-mail <u>licitacao@nobres.mt.gov.br</u> ou pelo endereço Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Bairro Jardim Paraná, telefones: (65) 3376-4215.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº xx/2022 a proposta da empresa
15.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto
Municipal nº 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis.
Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO FORO
16.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir
quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.
de 2022.
Nome
PREFEITO MUNICIPAL

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

EMPRESA PROMITENTE FORNECEDORA

CNPJ n°
Nome do Representante
CPF n°

Testemunhas:	CPF n°
Nome	
CPF n°	

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200